

A reta e o círculo: amizade, projeto intelectual e construção identitária nas cartas de Capistrano de Abreu a João Lúcio de Azevedo (1916-1927)

Rebeca Gontijo

Universidade Federal Fluminense

RESUMO

Este artigo analisa a correspondência mantida pelos historiadores João Capistrano de Abreu (1853-1927) e João Lúcio de Azevedo (1855-1933), entre os anos de 1916 e 1927, com o objetivo de compreender algumas das representações construídas por Capistrano sobre si mesmo e sobre seu destinatário. Informando o objetivo existe a hipótese de que as representações elaboradas através da correspondência fundamentam a afirmação da identidade de Capistrano como um historiador.

Palavras-chave: correspondência; representações; identidade do historiador.

ABSTRACT

This article analyses the correspondence exchanged by historians João Capistrano de Abreu (1853-1927) and João Lúcio de Azevedo, from 1916 to 1927 with the aim of understanding some of the representations built by Capistrano about himself and his addressee. The objective is informed by the hypothesis that the representations drawn up in the letters substantiate, among other things, Capistrano's identity assertion as a historian.

Keywords: correspondence; representations; identity of historian.

“Ja esquecendo: esta noite passada sonhei longamente com V. Estávamos em Lisboa, conversamos longamente não me lembro mais sobre o quê.. Depois V. acomodou-me e marcamos novo encontro. Tomei isto como um aviso de que devia escrever-lhe” (Carta de Capistrano de Abreu a João Lúcio de Azevedo, 17/09/1923, vol.2, p.281).

João Capistrano de Abreu morreu no dia 13 de agosto de 1927, aos 74 anos. Seu nome já era considerado importante no meio intelectual. Reconhecido como um “velho erudito, vivo dicionário da História Pátria” desde, pelo menos, 1911, por ocasião de seu septuagésimo aniversário, em 1923, cogitou-se mesmo a possibilidade de comemorar o acontecimento com uma festa nacional. O fato é que, no momento de sua morte, Capistrano era tido como o grande “historiador da Pátria”.¹

Em 1928, um de seus correspondentes mais assíduos, o historiador luso-brasileiro, João Lúcio de Azevedo (1855-1933), enviou uma carta ao então diretor da Biblioteca Nacional, Mário Behring, comunicando sua decisão de doar o conjunto de missivas que lhe foram enviadas por Capistrano. Disse João Lúcio:

Por espaço de mais de onze anos tive a fortuna de entreter ativa correspondência com Capistrano de Abreu, e tão interessantes achei suas cartas que as guardei todas ou quase todas. Elas encerram curiosas particularidades sobre o viver e o pensar do escritor e poderão servir utilmente a quem um dia pretender traçar o perfil de uma figura de tanto prestígio entre os estudiosos. Pareceu-me por isso que agora, por morte dele, o lugar adequado para estas cartas seria a Biblioteca Nacional do Rio, para onde as dirijo (...) Ai ficarão sob boa guarda e acessíveis aos amigos e admiradores do finado que, se a família não fizer objeção, as poderão ver, copiar ou publicar, se assim quiserem, porque da minha parte não me oponho a isso. (07/03/1928)

Azevedo doou 265 cartas, que constituem boa parte (25,2%) do conjunto da correspondência ativa de Capistrano de Abreu, localizada e publicada, pela primeira vez, em 1954. Ao todo foram publicadas 1253 missivas, entre as quais, 1053 foram enviadas e 200 recebidas por Capistrano. Dos 124 correspondentes localizados, João Lúcio se destaca devido a maior quantidade de cartas de Capistrano que guardou, assim como chama a atenção por ser o autor de 30 (15,1%) das 199 cartas – enviadas por 91 remetentes identificados – que compõe a correspondência passiva do historiador brasileiro.

Nas cartas ao amigo de além mar, Capistrano refere-se aos trabalhos em andamento, tecendo comentários sobre suas pesquisas em arquivos, suas leituras de documentos e livros e seus projetos antigos e futuros. Faz observações sobre acontecimentos políticos e emite opiniões sobre seus contemporâneos, vivos e mortos. Os filhos têm lugar na correspondência, assim como as observações sobre a velhice, as doenças e as viagens.

Como observa Roger Chartier, investigar os usos do escrito ajuda a compreender os modos como uma comunidade ou os indivíduos constroem suas representações sobre o mundo, investindo-o de significados plurais. Permitindo associar práticas sociais e subjetividade, a correspondência é um espaço privilegiado para a observação da relação do indivíduo consigo mesmo e com os outros.²

A correspondência enquanto fonte é uma velha conhecida dos historiadores. Porém, são recentes os estudos que a colocam no centro da investigação, como objeto de análise³ dotado de especificidades e que, para além de fornecer informações sobre assuntos variados, permite acessar aquilo que a história cultural à francesa – preocupada em “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída,

pensada, dada a ler” – denomina por *representações*: os resultados de um trabalho partilhado de delimitação e classificação do real, que organiza a apreensão do mundo social, atribuindo-lhe sentidos.⁴

O objetivo desse texto é analisar algumas das representações construídas por João Capistrano de Abreu sobre si mesmo e sobre seu destinatário, João Lúcio de Azevedo, através do exercício de escrever cartas. Informando o objetivo existe a hipótese de que essas representações fundamentam a afirmação da identidade de Capistrano como um historiador.

Antes de continuar, é preciso lembrar que, “ler uma carta é entrar em uma história sem conhecer a primeira palavra, sem saber o que aconteceu antes nem o que chegará depois, o que se disse antes, nem o que se dirá depois”.⁵ Sendo assim, a leitura das cartas de Capistrano a João Lúcio começa tentando localizá-los em 1916, quando a relação epistolar entre eles começou. Ambos eram, então, sexagenários: Capistrano tinha 63 e João Lúcio, 61 anos. Nessa época, Capistrano já era bastante conhecido. Havia escrito, em 1878, o necrológio de Varnhagen, o historiador mais famoso do Brasil, no século XIX. Participara da importante Exposição de História e Geografia do Brasil, organizada pela Biblioteca Nacional, em 1881. Lecionara no Colégio Pedro II, onde prestou concurso, em 1883, defendendo a tese *O descobrimento do Brasil no século XVI* e conquistando a cadeira de maior prestígio na época: a de Corografia e História do Brasil. Além disso, já havia descoberto o nome verdadeiro do autor de *Cultura e opulência do Brasil, por suas drogas e minas*, João Antônio Andreoni, vulgo Antonil, fato divulgado em 1886. Trata-se de uma descoberta importante, pois, na época, o ineditismo das fontes e a identificação de autores eram muito valorizados. Também reeditara, entre 1906 e 1907, com notas e introdução, a *História Geral do Brasil*, de Varnhagen, um marco da historiografia e publicara aqueles que são considerados seus principais trabalhos: *Capítulos de história colonial* (1907); *Caminhos antigos e povoamentos*, que apareceu pela primeira vez no *Jornal do Comércio*, em 1899; e *Rã-txa Hu-ni-ku-i – A língua dos Caxinauás do Rio Ibuacu, afluente do Marú* (1914). Este último, hoje esquecido, deu um prêmio a Capistrano, conferido pelo IHGB, suscitando uma série de artigos elogiosos por parte de alguns intelectuais importantes de sua época, entre os quais José Veríssimo. Enfim, Capistrano já era sócio, desde 1887, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a mais importante instância de consagração da área de estudos históricos no país.

Quanto a João Lúcio – rico herdeiro de uma empresa de navegação fluvial e de exportação de borracha no Pará – era sócio do IHGB desde 1894, por proposta assinada por José Veríssimo e Alencar Araripe. Participava do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, desde 1909 e já havia publicado duas de suas obras consideradas hoje como mais

importantes: *Os jesuítas e o Grão-Pará* (1901) e *O Marques de Pombal e sua época* (1909). Além disso, tinha seu nome relacionado ao de outros dois conhecidos estudiosos do Brasil: Oliveira Lima e José Veríssimo – seus amigos – por ter feito elogios públicos às obras de cada um na Academia de Ciências de Lisboa, respectivamente, em 1914 e 1916.⁶

Foi Veríssimo quem estimulou a amizade entre Capistrano e João Lúcio, fazendo propaganda de um para o outro, até que eles começaram a trocar cartas. O interessante é que os missivistas nunca se encontraram pessoalmente, configurando um caso exemplar de relação epistolar do tipo “nunca te vi, sempre te amei”. Azevedo viveu no Brasil, mais especificamente, no Pará, de 1873 a 1895, tendo se naturalizado brasileiro em 1885, devido a uma exigência legal: somente brasileiros ou naturalizados podiam herdar empresas de navegação fluvial, como era o seu caso. Herdou tudo de um tio português, que fizera fortuna com a exportação de borracha. Depois de sua estada nos trópicos, João Lúcio viajou pelos Estados Unidos, retornou a Portugal em 1899 e não voltou mais ao Brasil. Já Capistrano vivia no Rio de Janeiro, desde 1875, quando chegou do Ceará, sua terra natal. Viajava frequentemente pelo país, mas jamais foi ao exterior.

As missivas são textos, por definição, destinados a alguém, sendo que, o ato de escrevê-las produz efeitos tanto em quem as escreve quanto em quem as recebe e lê. Assim, escrever e trocar cartas permite um exercício pessoal muito particular, sujeito a inúmeras aproximações e afastamentos entre os missivistas. Quem estuda correspondências acaba se deparando com aspectos subjetivos, expressos através do clima emocional e íntimo desenvolvido pelos missivistas. É possível localizar momentos estratégicos da construção do relacionamento entre ambos, quando se observa o investimento efetuado por cada um na elaboração de “verdades” sobre si mesmo, sobre os outros e sobre o mundo.⁷

No caso das cartas de Capistrano a João Lúcio, há vários momentos, indicados por expressões, palavras e gestos, que podem ser considerados como estratégicos para a construção de representações sobre si e sobre o outro – operações consideradas indissociáveis. Foram selecionados quatro: 1) o momento da abertura das cartas, quando o destinatário é identificado através de formas de tratamento, que apontam o teor da relação entre os missivistas; 2) o da despedida, quando o remetente costuma expressar desejos, afirmar votos de amizade, etc., que ajudam a definir seu próprio papel na relação, assim como o do destinatário; 3) o momento em que ocorre algum tipo de divagação sobre a relação de amizade existente entre ambos ou a expressão de sentimentos pelo amigo, além de qualquer tentativa de definição do mesmo; 4) e os momentos em que o missivista faz referências ao próprio modo de ser e de fazer seu trabalho (no caso, estudar e escrever a história).

1. “Xarapim amigo”: as formas de tratamento

Considerando a identidade como “a imagem de si, para si e para os outros”,⁸ cabe dar lugar às representações que Capistrano constrói sobre João Lúcio. Como ele vê o amigo distante, sem nunca tê-lo tido diante dos olhos? Um dos momentos que pode ser considerado estratégico para a construção da imagem de João Lúcio por Capistrano é aquele que abre as cartas. Através das formas de tratamento do destinatário é possível observar o teor da relação, ainda que se admita a existência de códigos sociais que regulam a escrita epistolar.

Nas cartas de Capistrano a João Lúcio, observa-se a crescente construção da intimidade e da identificação, através das formas de tratamento. Entre as primeiras cartas trocadas, em 1916, estão aquelas em que o remetente se dirige ao destinatário como “Exmo. Amigo Sr. Lúcio de Azevedo” ou “Ilmo. Sr. João Lúcio de Azevedo, historiador, esquire”. Posteriormente, Capistrano passa pelo formal “Prezado amigo”; abre espaço para uma maior aproximação com o “Prezado amigo e xará”, até chegar ao simples e qualificador “Amigo” e ao tratamento adjetivado expresso pelo “Bom amigo” ou pelo “Bom e caro amigo”.

Além dos tratamentos formais – que revelam polidez – e pessoais – que indicam afeto – Capistrano também faz uso do tratamento por nome, em geral combinado com expressões que indicam o lugar do destinatário na relação e em seu coração. Assim temos o “João Lúcio de Azevedo amigo” e o “Meu caro João Lúcio”.

Em um grande número de cartas, está presente o tratamento “Xará e amigo” ou suas variações: “Xarapim amigo” ou, simplesmente, “Xará”. O termo xará, além de indicar pessoas com o mesmo nome, também significa companheiro. No caso aqui analisado, são dois *Joãos*, como Capistrano gosta de lembrar. O nome comum estimula o João *do Brasil* a afirmar vínculos com o João *de Portugal*. Por exemplo, em carta do dia 27 dezembro de 1926, Capistrano propõe ao amigo que se orientem pelo significado de seus nomes – “Deus tem sido gracioso” – sendo graciosos:

27 de dezembro, dia de São João Evangelista. João, dizia com muito deleite um Xará, repetindo a definição de Webster, ou antes a tradução do hebraico: *gracious god's gibt*, que a *Ency. Britan.* melhora para *Yaheved has beens gracious*. Sejamos pois graciosos, enquanto os dois solstícios permitirem. (CA-JL, 27/12/1926, 3:403)⁹

Segundo Capistrano, além do nome eles compartilhavam o santo: São João (tanto o Evangelista, quanto o Apóstolo), que às vezes é invocado nas despedidas ou no corpo das

cartas como “o xaraguaçu”, “nosso santo” ou o “nosso padroeiro” (CA-JL, 24/06/1920, 2:164; 24-30/06/1923, 2:279; 22/06/1918, 2:100).

Essa análise inicial das formas de tratamento do destinatário João Lúcio indica, como possibilidade, que Capistrano se empenhou no sentido de promover uma aproximação com seu correspondente, afirmando o vínculo de amizade que os unia, através de freqüentes referências ao nome comum e do uso do termo xará. Em outras palavras, as formas de tratamento parecem indicar um tipo de identificação entre João Capistrano e João Lúcio, que serve para afirmar a relação de companheirismo e igualdade entre os missivistas, que são, também, pares intelectuais.

2. “Bien à vous”: as despedidas

Termos que fecham a carta, as despedidas servem para indicar a posição do remetente na troca epistolar, como ele se coloca em relação ao seu destinatário. Assim como as formas de tratamento que abrem as cartas, as despedidas indicam o teor das relações entre os missivistas, que, de modo geral, pode ser íntimo ou formal. Exibem a disposição do remetente que se despede, podendo fornecer indícios sobre seu estado de espírito, humor, ou qualquer outro sentimento. Supostamente, elas visam causar algum tipo de efeito sobre o destinatário, estimulando-o a manter o vínculo, respondendo a carta; afirmando, após tudo o que foi dito ou que deixou de sê-lo, que ele, o remetente, permanece ali, disposto a continuar a troca, sentindo-se capaz de cumprir uma espécie de obrigação.

Nas cartas de Capistrano a João Lúcio, é comum o uso de despedidas à francesa (“bien à vous” = ao seu dispor) ou à alemã (“ergebenst” = ao seu dispor; às suas ordens). Capistrano costuma se colocar ao inteiro dispor de seu correspondente, posicionando-se como “admirador” e “amigo obrigado”. Por vezes, coloca-se em posição inferior: “ao seu dispor, a inutilidade do admirador e amigo obrigado”, “sempre e com o maior prazer espera-lhe as ordens”, chegando a pedir desculpas por abusar da paciência do amigo. Este uso retórico da despedida parece indicar a disponibilidade para a relação e a consciência de que esta pode lhe impor obrigações, que são aceitas antecipadamente.

Há despedidas que dão lugar a demonstrações de afeto – quando se despede dizendo: “subscrevo-me com toda a estima”, “com um abraço não afrouxado pelo oceano”, “saudades”, “vale et me ama”, “abraços”, “saudades” – ou humor – “e adeus, débil infante!”, “Vivat! Crescat! Floreat!”, “Evoé! Zé-Pereira!”, “Aleluia, aleluia! Carne no prato e farinha na cuia!”.. Outras expressam desejos: de melhoras de saúde, de boas entradas no ano novo, de encontro,

etc. Mas, há também o corte abrupto, do tipo: “adeus...”, “por hoje basta”, “e não há mais espaço nem tempo”, “paro por aqui para não perder o correio”, “por hora não me lembra mais coisa a acrescentar”, “não há tempo para mais”, “não posso mais”, “até...”, “basta, basta...”. Por fim, a despedida pode ser, também, um momento de saudação – “Saudações! Saudações!” – ou um convite a continuar a relação – “e até outra”, “até outra vez”, “para aperitivo basta”.

Importa ressaltar que, nas despedidas, Capistrano se vê, antes de tudo, como um admirador de João Lúcio, considerando-se apto e compelido a cumprir obrigações para com ele. Capistrano agradecido coloca-se quase sempre ao dispor de João Lúcio, podendo-se supor que ele esperasse o mesmo do amigo de além mar. Lembro que o termo obrigado, tanto pode significar agradecido ou compelido, quanto indicar algo necessário e indispensável. Um remetente que se coloca como “obrigado” diante de seu destinatário, parece querer dizer: disponha de mim, pois posso lhe ser útil e necessário. Ao mesmo tempo, Capistrano se mostra como um amigo que é um igual; que é um par.

Por fim, acompanhando a seqüência de despedidas ao longo dos onze anos da correspondência (de 1916 a 1927), observa-se que o desenvolvimento da intimidade permite abrir mão de grandes demonstrações de afeto, pois estas parecem deixar de ser imprescindíveis para manter o vínculo entre os missivistas, uma vez que eles possuem afinidades que o garantem.

4. Cartas ao amigo de além mar: afinidades e afeto

Como já foi dito, na introdução desse texto, Capistrano de Abreu e João Lúcio de Azevedo começaram a trocar cartas em 1916. Foram “apresentados” pelo crítico literário José Veríssimo. Por ocasião da morte deste último, Capistrano comentou:

Veríssimo gostava de fazer propaganda de amigos. Falou-me em seu nome, pela primeira vez, creio que em 93 ou 94. Depois muitas e muitas vezes falou-me de sua ida para o Pará, a entrada no comércio, seus trabalhos para a conquista do pão, sua volta além-mar, sua vida de estudo e de pensamento, que auspiciávamos longa e fecunda em obras cada vez mais vigorosas. A partida de nosso amigo ainda mais sagradas torna estas recordações. (CA-JL, 30/06/1916, 2:11-2)

A pequena biografia construída por Capistrano chama a atenção para a vida de trabalho do historiador luso-brasileiro: suas atividades como comerciante e intelectual. Nascido em 16 de abril de 1855, em Sintra, Portugal, João Lúcio cursou a Escola Politécnica e o Instituto Industrial e Comercial de Lisboa. Veio para o Brasil em 1873, para trabalhar com

seu tio Botelho, dono de uma empresa de exportação de borracha e de uma companhia de navegação fluvial, no Pará. Aos 18 anos, João Lúcio se deparou com a Amazônia, sua porta para a *descoberta* do Brasil. Mas, além do trabalho com o tio, conseguiu emprego na Livraria Tavares Cardoso, em Belém, da qual tornou-se proprietário mais tarde. Em 1885, o tio Botelho morreu e o jovem português, casado com sua prima Ana da Conceição, tornou-se seu herdeiro, após naturalizar-se brasileiro.

A partir de 1890 passou a se dedicar ao estudo da história paraense. Escrevia para o jornal *A Província do Pará* e, no mesmo ano em que deixou definitivamente o Brasil, 1895, publicou um livro: *O livre Amazonas: vida nova*. Após viajar pelos Estados Unidos, chegou a Portugal em 1899. Passou a viver de rendas, podendo dedicar todo o seu tempo aos estudos. Falava inglês, francês e alemão. Admirador de Ranke, pai da história metódica, João Lúcio empenhou-se na pesquisa em arquivos portugueses, tornando-se grande conhecedor da documentação sobre o Brasil existente em Portugal. Seus temas de pesquisa favoritos eram: a história de Portugal, os jesuítas, os cristãos-novos portugueses, o marquês de Pombal e o padre Antônio Vieira, dos quais foi biógrafo.

Segundo Anne Vincent-Buffault, “a amizade é, por sua força dialógica, laboratório da obra”. Através da relação epistolar é possível declarar amizade, exortar, planejar atividades conjuntas e expor trabalhos individuais ainda em curso, submetendo-os a constantes modificações.¹⁰ A noção de “correspondência-laboratório” de Michel Trebisch também está de acordo com essa idéia, pois ela pressupõe um modelo de amizade intelectual entre pares, unidos por preocupações comuns e que experimentam uma relação profunda e durável, não havendo uma figura central.¹¹

A correspondência entre João Lúcio e Capistrano de Abreu ao longo de onze anos, é o espaço de discussão sobre o trabalho de ambos, uma vez que eles nunca se encontravam pessoalmente. Esse espaço, longe de ser regido pela impessoalidade e pela formalidade – frequentemente associadas às cartas relativas a negócios ou ao mundo do trabalho – é marcado pela afetividade. Assim, é possível observar uma verdadeira rede de estudos à distância, tecida por meio de pequenos gestos de amizade. Entre pedidos de cópia de documentos e remessas de livros, feitos pelos dois missivistas, desenvolve-se a atividade crítica e o afeto. A correspondência traz comentários dos textos de um, feitos pelo outro. Também transmite observações a respeito da atividade de leitura e pesquisa. As cartas trocadas deixam ver a disponibilidade de ambos para uma relação entre iguais, havendo exhibições de respeito mútuo pelos trabalhos realizados.

As demonstrações de afeto surgem através dos muitos elogios enviados pelo correio. Capistrano considerava João Lúcio um “espírito vigoroso e maduro” (CA-JL, 05/05/1924, 2:299). Congratulava-o pelo término de seus trabalhos: “eis pois ultimada a primeira e mais difícil parte da obra de sua culminância intelectual. Minha alegria e minha satisfação são grandes e dou-lhe com entusiasmo um abraço afetuoso” (CA-JL, 16/04/1919, 2:123). E elogiava seus resultados, dizendo: “Li imediatamente, devorei-o até o fim e deixou-me prazer e contentamento: a entrada anuncia bem o monumento planejado; sinto-me perfeitamente tranqüilo”. Ou ainda: “li ontem seu primeiro artigo sobre cristãos-novos, que a todos os respeitos considero um de seus melhores trabalhos”; “li quase metade dos Cristãos-novos, sempre com o maior prazer. Revela grande progresso: às vezes sucedia-me não saber exatamente sua opinião em seus livros anteriores: agora clareza ou franqueza, a impressão é outra” (CA-JL, 24/01/1917, 2:25-26; 27/09/1917, 2:73; 31/12/1921, 2:231).

João Lúcio considerava Capistrano “um Mestre” e também não poupava elogios. Após ter lido a introdução, escrita por Capistrano, para um dos livros de Frei Vicente do Salvador, comentou: “trabalho de alta erudição, cheio de novidade e que decididamente esgota o assunto (...) felicito-o por este trabalho, verdadeiramente digno do nome que o autor tem entre os que estudam e sabem de sua terra” (JL-CA, 17/05/1925, 3:251; 08/08/1918, 3:227).

Também agradecia a atenção que lhe dedicava Capistrano. Após receber um texto enviado por este último, disse: “sua idéia de me mandar a parte que evidentemente mais poderia interessar-me, por me ser mais familiar, denota a delicadeza de quem, fazendo um presente, busca o que mais pode agradar ao presenteado”. E, após receber elogios do historiador brasileiro, agradecia: “tive grande alegria em ver na sua carta que leu com prazer o capítulo da *História de Vieira* sobre as missões. De fato sinto-me com suas palavras orgulhoso e feliz”. E segue, revelando o quanto sua escrita desenvolvia-se supondo a presença do outro: “creio que, quando escrevi aquilo, o fiz com o sentido de lhe agradar” (JL-CA, 08/08/1918, 3:227; 25/05/1919, 3:229).

Segundo Capistrano, “do mesmo modo que médico só cura quem não está doente, também só há vantagem em discussão, quando as opiniões são idênticas” (CA-JL, 31/12/1921, 2:232). A discussão com João Lúcio parece ter fluído sem grandes conflitos, sendo marcada pelos mencionados elogios, assim como, por estímulos e sugestões. Certa vez, sentindo-se condenado a repetir o que já havia dito, por não ter disposição para revisar e ampliar sua pesquisa, João Lúcio mudou de idéia: “de sorte que estou achando prazer na tarefa, que tinha antes por cansada e enfadonha. E devo isto a V., como algumas outras cousas boas”. Mas, nem sempre concordavam, sobretudo no que dizia respeito a correções dos textos

ou a revisões da interpretação, que Capistrano valorizava ao extremo. Dizia João Lúcio: “não participo do seu escrúpulo gramatical”. Porém, não se furtava em defender-se, dando lições de português a Capistrano, ainda que dissesse, no final, “desculpe a preleção” (JL-CA, 17/05/1925, 3:252).

A correspondência sugere a distribuição de papéis – que pode variar com o tempo e nem sempre é fácil de ser apreendida – entre os missivistas que são, também, amigos e pares intelectuais. Pode-se supor que ambos desempenhavam o papel de eruditos conhecedores de arquivos. O interesse pelos arquivos e a experiência com documentação manuscrita os aproximava, ainda que, para João Lúcio, fosse difícil ler “a letra de época” (JL-CA, 06/03/1923, 3:245). Porém, não obstante a correspondência apresente indícios de uma relação entre iguais, a posição de cada um no mundo intelectual parece ter sido diferente. Para compreender essa distinção, é útil recuperar algumas informações sobre suas trajetórias.

Para começar, nenhum dos dois frequentou os principais centros de formação intelectual do final do século XIX e início do XX: as faculdades de direito, medicina e engenharia. Capistrano de Abreu e João Lúcio de Azevedo fizeram parte de uma geração de historiadores formados pela prática do ofício.

Capistrano, leitor disciplinado, construíra um instrumental teórico poderoso, que lhe permitiu dialogar de igual para igual com outros intelectuais de sua época, formados em meio a um “cientificismo difuso”, resultante da apropriação das modernas teorias científicas européias, sobretudo francesas, do final do século XIX. Ampliou suas referências teóricas quando começou a ler autores alemães (por volta de 1880) que, contribuíram para que viesse a se interessar pela pesquisa documental, a valorizar a elaboração de problemas e a construir métodos de pesquisa.

No fim do Império, Capistrano era um “pensador da história” e um crítico da literatura atuando em jornais, participando de polêmicas literárias e debates sobre a experiência brasileira, quando, diante das possibilidades de trabalho que se abriram na Biblioteca Nacional (1879) e no Colégio Pedro II (1883), decidiu se dedicar inteiramente à história do Brasil. Mais especificamente, interessou-se pela história colonial, onde se encontrava o que, segundo ele, seria o “nó da nossa história”: o povoamento no interior.

Quanto a João Lúcio de Azevedo, tinha uma trajetória de formação diferente. Afirmava: “minha cultura é muito fragmentária, *à la diable*, e ao que é propriamente ciência sou de todo alheio” (JL-CA, 19/02/1920, 3:233). Contudo, possuía estudos e experiência na área do comércio, o que lhe teria garantido, segundo Antônio Edmilson Martins Rodrigues, algumas qualidades úteis para seu trabalho como historiador. Para Rodrigues, o olhar de João

Lúcio sobre a história é o de um empresário capitalista, um especialista em economia, interessado em compreender a formação de Portugal a partir da análise contábil: “para cada povo existe, como para os indivíduos, uma conta do Dever e Haver, que nos dá o quilate de suas prosperidades, e por onde cedo, até para os maiores impérios, os pródomos da decadência se denunciam”.¹² Essa perspectiva de João Lúcio permite a Rodrigues compreendê-lo como um historiador dotado de um olhar de contabilista ou de contador.¹³

Em suma, tanto Capistrano, quanto João Lúcio, afirmaram-se como historiadores a partir da prática de pesquisa em arquivos. Eram políglotas – o que lhes permitia ler textos no original e manter correspondência com estudiosos estrangeiros; assinavam jornais e revistas nacionais e internacionais especializadas; freqüentavam arquivos e bibliotecas públicas e privadas; eram reconhecidos entre seus pares, possuindo amigos, admiradores e, no caso de Capistrano: discípulos e, também, adversários. Além disso, possuíam algum dinheiro que lhes permitia viver e estudar sem precisar desempenhar outras funções sociais, além da intelectual.

Como já foi mencionado, João Lúcio era um rico herdeiro, que vivia de rendas desde que deixara o Brasil, em 1895. Capistrano, ao contrário, era pobre, mas recebia uma pequena pensão do Colégio Pedro II, desde 1889, quando foi posto em disponibilidade devido à extinção da cadeira que lecionava: Corografia e História do Brasil. Também recebia por seus artigos e livros publicados, ainda que às vezes ficasse *a ver navios*.

Comentando com João Lúcio o caso de Coelho Neto, Capistrano fornece indícios que ajudam a compreender alguns aspectos da vida do intelectual em seu tempo:

Pobre Coelho! Captou a simpatia do Pinheiro Machado, conseguiu que o elegessem, assentou a vida sobre a base de trinta contos, fracos! Fracos! E agora terá de baixar ao terço. Não compreendeu que quando o padrinho morre o afilhado fica pagão e quis grimpar, mobilizou a imprensa da capital, incomodou-se e obteve manifestações nos Estados por onde passava, avocou agências telegráficas, fez conferências em S. Luís. Nada compensou a falta de padrinho. Conheço-o de antes da república. Tudo quanto escrevia me desagradava, apesar da simpatia pessoal. Um dia, com a *Capital Federal*, largou a crisálida e voou. Tinha a desvantagem de escrever para viver, numa improvisação desenfreada, nem sempre literariamente proba, porque, tenho esta impressão, muitas vezes amontoava frases e páginas sem saber o que dizia, ou antes, sabendo que não dizia nada. Faltava-lhe um achego que lhe permitisse escrever devagar. Teve-o; se aproveitou não sei, porque não tenho lido suas últimas produções; creio que não aproveitou, senão soaria. E agora vai voltar à antiga improvisação. (CA-JL, 02/05/1918, 2:98)

O principal, para Capistrano, era garantir formas de sustento que permitissem “escrever devagar” e não “escrever para viver”. Padrinhos eram importantes. Amigos

também. Capistrano contava com a ajuda de amigos ricos como, por exemplo, Paulo Prado, verdadeiro mecenas, que financiava algumas de suas publicações e ajudava na obtenção de cópias de documentos. Também mantinha relações com políticos e diplomatas – entre os quais, o poderoso Barão do Rio Branco – que lhe forneciam auxílio para viajar pelo país e ajudavam a conseguir os documentos, que eram a base do seu trabalho. Ou seja, Capistrano não precisava “viver da pena”, como se dizia. Mas, além de amigos poderosos e ricos, pode-se supor que ele tenha sido capaz de manter em torno de si uma rede de intelectuais dedicados ao estudo da história, que o viam como uma figura referencial: um exemplo de dedicação ao estudo a ser seguido; um modelo de erudito a ser admirado. O conhecimento da história e as relações com outros pesquisadores teriam garantido seu lugar entre os grandes do mundo intelectual da I República.

Lembro que Capistrano já era um nome consagrado no Brasil, na época em que começou a trocar cartas com João Lúcio. Quanto a este último, embora já tivesse publicado livros e artigos tidos como importantes; fosse sócio do IHGB; correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco; além de membro da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos e da Academia de Ciências de Lisboa, ainda não era um autor consagrado.

Segundo Edmilson Martins Rodrigues, João Lúcio conquistou o “reconhecimento” formal do seu ofício de historiador quando, em 1910, foi eleito sócio correspondente estrangeiro da Academia de Ciências de Lisboa. Porém, revoltou-se com a indicação, por considerá-la absurda, pois se sentia um intelectual de Portugal e não um estrangeiro.¹⁴ A ambigüidade de ser um historiador português naturalizado brasileiro e interessado pela história do Brasil parece ter lhe causando problemas na hora de ser reconhecido por seus pares da terra natal.

É possível concluir que não bastava o reconhecimento formal. Era preciso algo mais para ser um autor consagrado e as redes de sociabilidade podem ajudar a compreender o mecanismo da fama e do esquecimento. As qualidades de renúncia das coisas materiais e devotamento ao estudo, que costumam estar relacionadas ao mundo da ciência e ao mundo intelectual, não eliminam o interesse em obter o reconhecimento público dos pares, visto como uma espécie de prêmio justo e necessário para a divulgação do próprio nome e da própria obra.

João Lúcio parece um tanto irônico quando comenta com Capistrano o caso de Max Fleiuss, secretário perpétuo do IHGB. Após receber o *Diário Oficial* enviado por Fleiuss, contendo a notícia da sessão do Instituto em que ele, Fleiuss, havia sido consagrado, João

Lúcio comentou com Capistrano: “como é bom receber as homenagens dos contemporâneos e beber na taça dos imortais!” (JL-CA, 06/03/1923, 3:246). Mas, eis que, em carta de 1926, Capistrano menciona que, finalmente, começavam a valorizar o nome de João Lúcio em Portugal: “vejo com prazer que a sua situação cresce em Portugal e começam a fazer justiça a sua obra. Que lhe seja permitido realizar os trabalhos planejados!” (CA-JL, 11/04/[1926], 2:349). João Lúcio – assim como Capistrano – não devia ser tão indiferente assim ao problema do reconhecimento público do trabalho intelectual.

O ponto principal parece ser que: assim como não bastava ser um autor reconhecido apenas formalmente, também não bastava receber o reconhecimento e o aplauso públicos, caso esses não fossem considerados justos. Além disso, tanto quanto o reconhecimento público, a realização dos próprios projetos era fundamental para a satisfação pessoal.

Em 1925, Capistrano escreveu a João Lúcio:

Você, que administrou a vida melhor que eu – viveu dos rendimentos sem atacar o capital, escreveu não sei quem, citado pelo Rui [Barbosa] – ainda pode formar planos e aninhar aspirações. Minhas aspirações, depois de cinquenta anos de Rio – cheguei aqui a 25 de abril de 1875 – reduzem-se a morrer sem escândalo, sair do mundo silenciosamente como nele entrei. (CA-JL, 15/04/1925, 2:326)

É um Capistrano desgostoso com a existência, sem ânimo para realizar seus projetos e com poucas aspirações que escreve a João Lúcio em 15 de abril de 1925, véspera do aniversário do amigo luso-brasileiro. Os aniversários são bons momentos para reavaliar a vida e ocasião oportuna e socialmente indicada para demonstrações de afeto. Capistrano afirmava não gostar de comemorar o próprio aniversário. Dizia: “parabéns de aniversário justificam-se pela certeza de que sobre o passado não podem influir forças humanas ou sobre-humanas, ou porque já não são muitos os dias a amargar. Em uma ou outra hipótese, agradeço-lhe cordialmente” (CA-JL, 11/11/1920, 2:184). Quando completou 72 anos, comentou: “setenta e dois nove fora nada. É simbólico e justo. Felizmente não tenho que repeti-los” (CA-JL, 23/10/1925, 2:341).. Mas solidarizava-se com a passagem de anos dos amigos. Disse a João Lúcio: “lembrei-me bastante de V. no dia de seus anos. Não festejo os meus porque o isolamento corresponde melhor à realidade, mas associo-me cordialmente aos amigos” (CA-JL, 13/06/1922, 2:375).

Ao parabenizar João Lúcio por seus aniversários, Capistrano, supostamente, deixa transparecer sua preocupação com a realização de seus próprios projetos e ambições ao longo da vida. Pode-se supor, que aquilo que desejava ao amigo fosse, também, uma aspiração sua.

Assim, deseja, com “um abraço saudoso”: “que a vida lhe chegue para a realização de todos os planos restantes” (CA-JL, 16/04/1923, 2:273); ou, ainda, “que lhe dure a vida enquanto durarem suas ambições e que nenhuma deixe por satisfazer e que a saúde se enrije cada vez mais” (CA-JL, 02-03/04/1927, 2:375). A vida bem vivida é aquela em que é possível realizar os projetos e, também, ter um justo reconhecimento, como foi visto em um trecho já citado:

Ei-nos chegados a sua semana natalícia. Venho dar-lhe o abraço afetuoso, a que espero o tempo e a distância não tirem todo o calor com que parte. Vejo com prazer que a sua situação cresce em Portugal e começam a fazer justiça a sua obra. Que lhe seja permitido realizar os trabalhos planejados! (CA-JL, 11/04/[1926], 2:349)

A inimizade, a perda de amigos por desavenças, não parecia incomodar Capistrano. Ou melhor, doía, mas era considerada benéfica. Certa vez disse a João Lúcio: “uma amizade que se perde é como um vício que se larga, ganha-se com a perda” (CA-JL, 02/07/1917, 2:58-59). O que mais entristecia era a perda dos velhos amigos por morte. Disse:

Sinto muito a perda do amigo de tantos anos. Quando depois de perdido, o amigo continua vivo, o golpe é doloroso, mas em suma salutar, como a supressão de um vício. A perda por morte é uma mutilação. Quanta cousa já está morta para mim, porque sobre cada uma só conversava com uma pessoa, e esta já não pode me responder. Os jesuítas tinham razão: nada de amigos íntimos. (CA-JL, 09/03/1918, 2:84)

A perda de parentes e amigos aproximava Capistrano e João Lúcio. Em meio à solidão crescente, a troca epistolar pode estreitar os laços entre aqueles que estão fisicamente distantes. Escrever cartas pode ser visto, portanto, como um “ato de presença”, que afeta os sujeitos envolvidos, promovendo um tipo de *encontro* entre eles. E a carta começa a afetá-los mesmo antes de ser lida, uma vez que, sendo um objeto materializado pela forma e cor do papel, pela tinta, pela letra reconhecível do remetente etc., ela acaba valendo, aos olhos daquele que a recebe, como um representante daquele que a escreve.

Para Michel Foucault, essa presentificação que a correspondência propicia não ocorre apenas devido às informações que os missivistas trocam sobre suas vidas. Trata-se de “uma espécie de presença imediata e quase física”, que se assemelha ao exercício de dar-se a ver: Assim: “(...) a carta é simultaneamente um olhar que se volve para o destinatário (por meio da missiva que recebe, ele se sente olhado) e uma maneira de o remetente se oferecer ao seu olhar pelo que de si mesmo lhe diz. De certo modo, a carta proporciona um face-a-face”.¹⁵

A construção da presença do outro passa, por exemplo, pela imaginação dos espaços por onde ele circula: sua cidade, sua rua, sua casa. Em carta de 1919, Capistrano manifestou o quanto sentia João Lúcio próximo, apenas por saber que ele retornara a sua casa, em Lisboa, após uma viagem a Londres: “Sua carta alvoroçou-me. A partida de Londres é uma aproximação e bem grande. Sabê-lo em sua casa da Rua de Alexandre Herculano é como se o Atlântico se estreitasse e pudéssemos dialogar de uma costa para outra” (CA-JL, 11/09/1919, 2:133). Da mesma forma, ao olhar um mapa do Rio e localizar a rua onde Capistrano vivia, João Lúcio comentou: “Em uma planta do Rio, que trouxe meu filho, vi o morro da Glória, e a Rua D. Luísa. Pareceu-me ficarmos mais perto agora. Como não posso ir em pessoa, subo com a vista as alturas” (JL-CA, 03/03/1922, 3:241).

O exercício de trocar cartas também favorece a reflexão sobre o afastamento. Em seu texto sobre a correspondência de Capistrano com João Lúcio, Ricardo Salles argumenta que o tom reflexivo e íntimo observado entre os missivistas decorreria, justamente, da distância espacial entre eles. O autor indaga se existiria, entre João Lúcio e Capistrano, uma “distância protetora” capaz de estimular a intimidade entre ambos, maior que aquela encontrada nas cartas enviadas pelo último a outros destinatários, especialmente mais próximos.¹⁶

O fato é que Capistrano e João Lúcio construíram um vínculo de amizade, com abertura para comentários íntimos sobre si mesmos e opiniões mordazes a respeito de terceiros. Observo, por exemplo, que em nenhum momento da correspondência entre Capistrano e João Lúcio publicada se afirma a necessidade de segredo entre ambos (o que ocorre, por exemplo, na correspondência com Mário de Alencar, a quem Capistrano pede que rasgue algumas cartas após ler) e a simples distância espacial entre os missivistas não autoriza essa despreocupação com a discrição do outro, uma vez que João Lúcio também se correspondia com outros brasileiros, alguns dos quais amigos, correspondentes e alvos da crítica de Capistrano. A amizade parece garantir a discrição dos missivistas em relação a assuntos que dizem respeito a cada um (e não tanto sobre assuntos que dizem respeito a terceiros). Em suma, não parece ser a distância que protege e estimula a intimidade, mas o vínculo de afeto, o gosto de conversar e conviver através das cartas, construído entre os missivistas.

A relação epistolar entre Capistrano e João Lúcio permitia a ambos divagar sobre o ócio, as doenças, a velhice, a solidão e a morte. Após ler um discurso de Rui Barbosa, onde este dizia “sentir a velhice só quando não trabalha”, João Lúcio afirmou: “a mim me sucede o mesmo, e a vida ociosa que levo agora me está pesando já” (JL-CA, 19/08/1919, 3:231). Diante de problemas familiares, João Lúcio pensava na possibilidade de reclusão e dizia:

Os antigos tinham por costume, chegando à velhice, despedir-se do mundo, dispor dos bens e recolher-se a um claustro (...) Eu penso que gostaria de fazer isso (...) É um modo de presenciar como os descendentes se arranjam na vida, e o cuidado do que isto há de ser é em mim um espinho constante. Oh! A ausência de preocupações, os livros, a tarefa diária de escrever... e ainda algumas rezas! O tempo está de terminar. Talvez seja isso. (JL-CA, 02/09/1921, 3:237-238)

Mas, depois da morte da esposa, em 1922, e do casamento do último filho solteiro, em 1923, parece lamentar: “eu me sinto cada vez mais só” (JL-CA, 06/03/1923, 3:246). Quanto a Capistrano, em 1923 constatou que “os amigos velhos têm desaparecido. Os novos não os compensam” (CA-JL, 16/04/1923, 2:273). Contudo, após uma mudança de endereço, em dezembro de 1923, afirmou: “a nova casa põe-me perto de quase todos os amigos” (CA-JL, 08/12/1923, 2:284).. Ele havia se mudado para a travessa Honorina, em Botafogo. Era vizinho de João Pandiá Calógeras e Rodolfo Garcia. Durante a vida na casa anterior, toda a sua família se dispersara: a esposa, Maria José, morreu em 1891; o filho Henrique morreu ainda criança; a filha mais velha, Honorina, entrou para o convento em 1911 e nunca mais viu o pai; a filha mais nova, Matilde, casou-se e foi morar no sul de Minas; o filho mais moço, Fernando, morreu em 1918. Restava apenas o filho mais velho, Adriano, casado, pai de três meninas, únicas netas de Capistrano.

O historiador contava o tempo com intimidade – personalizando os dias como dias de santos e de personagens históricos – e certa obsessão: “faltam dois dias para completar dois meses de ausência do Rio” (CA-JL, 21/12/1925, 2:343). Dizia que sua vida havia sido regida por certos provérbios finlandeses relativos ao tempo: “li há dias uns provérbios finlandeses, que parece terem dirigido minha existência: o tempo está sempre de frente para nós; pressa não é obra de Deus; neste mundo, tempo é a única cousa de que há fartura” (CA-JL, 09/03/1921, 2:197).

A ausência de pressa pela qual pautara sua vida permitira-lhe dedicar muito tempo aos estudos da história e da língua indígena. Uma pesquisa sobre a língua dos bacairis, por exemplo, arrastou-se por 33 anos. Para Capistrano, “quem corre cansa, quem anda alcança” (CA-Afonso Taunay, 03/04/1918, 1:293). Contudo, há momentos em que o autor demonstra certa ansiedade diante do tempo, que não associa à foice de Cronos, mas às asas de Hermes: “o tempo vai tão depressa que lembra, não a foice de Cronos, mas as asas de Hermes. Sem que o sinta, acaba-se o dia, acaba-se a semana, acaba-se o mês e, dado o balanço, só encontro um zero elevado não sei a que potência” (CA-JL, 03/06/1921, 2:214). Ou ainda, quando afirma que: “é sempre assim: não curamos do tempo, o tempo tudo escritura e surpreende-nos

com suas contas monstruosas” (CA-JL, 20/10/1923, 2:281). A sensação da passagem rápida do tempo parece estar relacionada, entre outras coisas, à percepção da perda de parentes e amigos e, também, à constatação de que seus ideais o conduziram a um estado de imobilidade, a um verdadeiro beco-sem-saída, a partir do qual via a vida passar.

5. Modos de ser, modos de fazer

“Quando faço qualquer coisa, sinto diante do produto impressão que deve assemelhar-se à da parturiente diante das secundinas: alívio e nojo” (CA-JL, 18/03/1918, 2:87).

Conversar é uma atividade importante para o trabalho intelectual. Através das conversações é possível aperfeiçoar as idéias. Até mesmo a inspiração parece depender do encontro de pessoas com que seja possível dialogar, trocar informações, estabelecer debates.¹⁷ Já foi visto que, para Capistrano, muita coisa já estava “morta”, por que sobre elas “só conversava com uma pessoa” e esta já não podia lhe responder (CA-JL, 09/03/1918, 2:84). Pelo conteúdo das cartas trocadas, pela quantidade de missivas guardadas e pelo significado que atribuiu a tais escritos, a ponto de torná-los públicos, João Lúcio de Azevedo pode ser considerado como um dos interlocutores mais íntimos e constantes de Capistrano. A relação entre eles teria sido caracterizada por uma “interlocução plena”.¹⁸ Mas, além dos assuntos expostos ao longo desse texto, sobre o que conversavam? Que afinidades ou discordâncias cultivaram?

Assim como em outras correspondências mantidas pelo historiador brasileiro, nas cartas aqui analisadas também se destacam os assuntos relativos ao ofício do historiador, com a especificidade de que, nesse conjunto (mas não somente), os missivistas parecem se relacionar como pares intelectuais. A relação epistolar construída com João Lúcio permite explorar a dinâmica da escrita da história, expressa através de informações sobre a elaboração de projetos; a obtenção de cópias de documentos e a atividade de análise e interpretação dos mesmos; a leitura crítica de outros autores; a escrita de textos; a discussão teórica e metodológica. Enfim, as cartas fornecem indícios fragmentados do modo como o autor realizava seu trabalho, cujo produto costumava ser um texto, que precisava ser dado a ler. Através desses indícios supõe-se que seja possível detectar e compreender alguns aspectos relativos à construção da identidade de Capistrano de Abreu como um intelectual. A proposta é relacionar os modos de *fazer* a história aos modos de *ser* um historiador.

É preciso deixar claro que esses modos de ser e de fazer variam com o tempo. A prática do ofício e o processo de construção identitária – por meio da qual o sujeito elabora representações sobre si mesmo e sobre os outros – possui movimento, cujo ritmo pode ser percebido na correspondência. Essa noção de identidade não supõe a existência de uma coerência interna do ser ou de uma unidade do “eu” imutável, a partir da qual seria possível sustentar, por exemplo, uma “ilusão biográfica”. Supõe-se que o exercício de escrever cartas – um exercício pessoal cujo resultado é um tipo de texto feito para ser submetido ao olhar do outro – permite explorar uma diversidade de “eus” possíveis.

5.1 O *cul de sac* como ideal

“(…) variam muito nossos ideais. O meu seria um *cul de sac*, beco sem saída; sem netos, já que tive a infelicidade de ter filhos, sem nome, um perfeito zero na cadeia dos seres. A este ideal não atingi desde o princípio, meus atos vão às vezes contra ele, mas há quantos séculos já não escreveu o poeta: *video meliora, etc.?*” (CA-MA, 20/01/1910, 1:220).

Alguns autores interpretam o período da troca epistolar com João Lúcio de Azevedo como tendo sido marcado pela amargura e pelo “declínio físico e intelectual” de Capistrano. A fase dos sessenta anos seria, também, um momento propício para a reavaliação da vida, daí o tom memorialístico identificado em algumas missivas. De fato, após a triste morte do filho Fernando, em 1918, a década de vinte trouxe alguns dissabores para Capistrano relativos a problemas constantes de saúde; às dificuldades para escrever e publicar seus próprios textos e os documentos que queria divulgar. Também foi um período em que recebeu algumas críticas públicas, teve seu nome esquecido por outros intelectuais e foi desconsiderado para a realização de projetos. Contudo, o trecho citado na epígrafe é de 1910 – pouco tempo após o historiador publicar seu principal livro *Capítulos de história colonial*, que é de 1907 –, momento em que Capistrano já lamentava não ter *um nome*, afirmando ser um “perfeito zero na cadeia dos seres”.

Para tentar compreender a perspectiva de Capistrano diante de si mesmo e do seu próprio trabalho, seria importante cruzar informações obtidas de um conjunto maior de missivas e correspondentes, cobrindo um período mais amplo, uma vez que, supostamente, essa perspectiva varia com o tempo ou, dentro de um mesmo momento, pode variar conforme o destinatário. Porém, o objetivo aqui é entender o ponto de vista de Capistrano ao longo da relação epistolar com João Lúcio (1916-1927). Para atingir essa meta, a opção foi localizar nas missivas as referências ao estado de ânimo do historiador sobre seu trabalho. A leitura

preliminar da correspondência indicou que há, pelo menos, três dimensões relativas ao ofício que são interessantes para o que está sendo proposto. São elas: a pesquisa, a leitura e a escrita.

Capistrano era um leitor voraz. Lia por prazer e por dever de ofício, sendo que, um prazer maior era passar livros a alguém. Certa vez comentou:

(...) não me sinto bem quando não posso passar qualquer livro a outrem. Livros alemães, entre meus amigos, só lêem Said, Tasso Fragoso, Calógeras e Carlos Werneck: este seria capaz de ler se não andasse em concurso, Said está pegado com as *Regras de São Bento* que o padre Nunes remeteu, Calógeras paira em Petrópolis e Tasso ainda não devolveu o *Washington* e acaba de perder a sogra. Assim faço de barbeiro do rei Midas, sem ter a quem passar o segredo. (CA-JL, 02-03/04/1927, 2:376)

A solitária atividade de leitura promove conversas, desde que os livros possam ser compartilhados. O prazer de “passar” livros a outras pessoas parece indicar certo empenho para provocar diálogos. É possível dizer que Capistrano era um conversador. Nas cartas, gostava de contar *causos*, falar da vida alheia, comentar ditos e desditos. Há, também, algumas piadas, ditados e provérbios, que ajudam a perceber o estado de espírito ou o humor do missivista. Conversava sobre política, revelando certa intimidade com algumas figuras públicas. Também tecia comentários sobre outros intelectuais, sobretudo aqueles ligados ao mundo da pesquisa histórica, dos arquivos, das bibliotecas, dos institutos. Frequentemente demandava respostas. Fazia pedidos, perguntas e observações sobre acontecimentos ou personagens históricos. Às vezes, deixava escapar alguma coisa mais íntima sobre si mesmo.

Supostamente, as referências ao modo de ser podem ser de dois tipos: diretas ou indiretas. As diretas são aquelas onde o autor afirma de modo explícito as características de sua personalidade, seus gostos, seus projetos e sonhos. As indiretas são aquelas que se dão a ver quando Capistrano se refere ao seu trabalho ou ao modo de realizá-lo, assim como, quando faz comentários sobre outras pessoas, revelando opiniões e, também, preconceitos. Em hipótese, as referências aos modos de ser aparecem ligadas, sobretudo, às referências aos modos de fazer.

A epígrafe citada mostra que, ao menos em determinado momento de sua vida, Capistrano considerou que seu ideal era um *cul de sac*, um beco sem saída, alcançado pela ausência de descendência e pela ausência de nome. Pode-se supor que ele considera-se o sangue e o nome como importantes para a perpetuação de sua memória. Esse modo de conceber a própria existência parece ter se acentuado ao longo dos anos, culminando com a referência a si mesmo como um “João Ninguém”, presente na assinatura de algumas cartas.

Capistrano começou a utilizar a assinatura “João Ninguém” por volta de 1925, repetindo-a, esporadicamente e de modos variados, até 1927: “Dr. João Ninguém”, “J.N.”, “J. Ninguém”, “João Ninguém da Ac. de (A)dão e (E)va” e “Inútil João Ninguém”. Lembro que Capistrano nunca assinava as obras que publicava como “João Ninguém”. Apenas suas cartas escritas em um determinado momento de sua vida e enviadas a um número restrito de destinatários eram assinadas dessa forma que, evidentemente, não visava à ocultação. Esse procedimento parece querer passar uma mensagem. Capistrano identificava-se perante determinados correspondentes – talvez aqueles que considerasse, além de pares e/ou discípulos, os mais amigos – através de uma assinatura que depreciava a ele mesmo, remetendo a algo indeterminado. Porém, o uso de cognomes (prosônimos) para indicar desdém tanto pode servir para zombar ou desprezar, quanto para fazer humor.

Não se pode esquecer, por exemplo, que Capistrano dizia ter aversão aos títulos bacharelescos – valorizados como indícios de “ser alguém”, em sua época. Escrevia que: “(...) de doutor ou bacharel nunca tive nada e cada vez ando mais apartado. (...) No Ceará fui chamado e muitas vezes chamei: ‘seu home’” (CA-JL, 14/09/1916, 2:17).. Diante de epítetos como *mestre* ou *doutor*, reagia como na carta a Guilherme Studart: “se és meu amigo, peço-te poupes os epítetos. Se soubesses como os achamos ridículos aqui e como aproveitarão para dar-me um trote...” (CA-GS, 02/01/1906, 1:172).

Mas, assinar como “João Ninguém” parece indicar um pouco mais do que uma aversão a epítetos. Afinal, um “João Ninguém” não é apenas um desqualificado. É um ser sem nome. Para tentar compreender o significado atribuído por Capistrano pode ser útil investigar o quê, nos *modos de ser* de Capistrano, pode sugerir a idéia de *não ser*, expressa pelo cognome “João Ninguém”. Pode-se supor que essa idéia de *não ser* – que equivale a *ser* um “João Ninguém”, *um qualquer, um nada* – esteja relacionada aos *modos de fazer*, no caso, os modos de realizar ou não, aquilo que era planejado.

Já vimos que Capistrano lia muito e gostava de conversar. Porém, há várias referências nas cartas à perda da memória e à dificuldade para escrever. Em carta de 24 de janeiro de 1917, Capistrano dizia que sua memória havia virado “cordão de areia” (CA-JL, 24/01/1917, 2:26). Em março, do mesmo ano, afirmava: “Comecei meu encantado estudo sobre as moedas, mas estou vendo que não sou mais capaz de escrever; ler posso indefinidamente, embora pouco guarde na memória” (CA-JL, 19/03/1917, 2:37). Lendo muito, perdendo a memória e escrevendo pouco. As referências à perda da memória, assim como à dificuldade de escrever são freqüentes na correspondência.¹⁹ Contudo, o ânimo para a leitura não parece ter diminuído.²⁰

Em tese, ler e pesquisar assemelham-se a atividades abertas, que tendem a ser inesgotáveis. O espaço da leitura e da pesquisa pode ser comparado ao que Maurice Blanchot definiu como “espaço literário”, caracterizado como sendo o lugar do incessante, do interminável, do infinito, do atemporal. Contrário ao “espaço literário” estaria o que Blanchot identifica como o “curso do mundo”: lugar do trabalho, da finitude, do tempo. Pensando sobre o caso de Capistrano, pode-se propor que a atividade de escrita seja vista como parte do “curso do mundo”: onde a leitura e a pesquisa devem ser interrompidas para que o livro possa se concretizar através do ato de escrever.²¹

A atitude de Capistrano frente à escrita da história parece ter sido guiada pela idéia de que qualquer escolha equivaleria a um empobrecimento. Para esse historiador, sempre parecia faltar algum documento. Escrevia: “no Brasil nós não precisamos de história, precisamos de documentos” (CA-JL, 09/07/1920, 2:165).

Para compreender a construção da identidade de Capistrano de Abreu como historiador é necessário considerar o desenvolvimento da moderna concepção de história no Brasil, sabendo que essa concepção supõe a existência ou a invenção de um tipo específico de intelectual, um especialista, teoricamente capaz de abandonar a pretensão de atribuir um significado ético e pedagógico à escrita da história (característica da concepção clássica), passando a buscar um ponto equidistante dos diversos princípios, valores e padrões existentes; renunciando a adotar qualquer um deles em troca da obtenção de um acesso mais objetivo e imparcial à realidade.²² Além disso, deve-se considerar a existência de uma tensão entre a busca de objetividade e a exigência de posicionamento intelectual que, na I República relacionava-se, ao menos em parte, à chamada “questão nacional”. Capistrano, que iniciou sua carreira intelectual ainda no Império, viveu a demanda por uma (re)escrita da história do Brasil do ponto de vista de um novo regime político. Cultivando o ideal moderno de objetividade²³ e distanciamento, conquistou espaço como uma autoridade no estudo da história pátria, tendo seu nome freqüentemente lembrado como aquele que poderia escrevê-la.

De certa forma, o *beco sem saída* ao qual, às vezes, se conduzia, impediu a realização – ansiosamente esperada por seus pares – do projeto de escrever a história do Brasil. Esse projeto nascera, segundo Capistrano, ainda no Ceará.²⁴ Era um de seus planos mais antigos. Capistrano considerava que “a História do Brasil dá a idéia de uma casa edificada na areia. É uma pessoa encostar-se numa parede, por mais reforçada que pareça, e lá vem abaixo toda a grampiola” (CA-JL, 24-31/06/1920, 2:164). Daí a associação da escrita da história à construção de um edifício com bases sólidas. Para tanto, era preciso ter documentos e “gente que saiba aonde tem o nariz” (CA-JL, 09/07/1920, 2:165).

Já no Rio, encontrou a obra de Varnhagen, um paradigma para a escrita da história do Brasil desde o século XIX. Daniel Mesquita Pereira constrói a imagem de Varnhagen como uma estátua – situada em um pedestal – em cujos ombros Capistrano sobe para contemplar o sonho de escrever uma nova história do Brasil. Mas, longe de querer imitar Varnhagen, Capistrano proporia um diálogo crítico, por vezes tenso, a partir do qual poderia construir um espaço próprio para sua história.²⁵

Varnhagen foi criticado por Capistrano devido ao seu modo de tratar a documentação. Também foram duras as críticas ao seu estilo e à ausência de enredo, de uma narrativa capaz de organizar sua obra. No necrológio do Visconde de Porto Seguro escreveu:

Ele poderia escavar documentos, demonstrar-lhes a autenticidade, solver enigmas, desvendar mistérios, nada deixar que fazer a seus sucessores no terreno dos fatos: compreender, porém, tais fatos em suas origens, em sua ligação com fatos mais amplos e radicais de que dimanam; generalizar as ações e formular-lhes teoria; representá-los como conseqüências e demonstração de duas ou três lei basilares, não conseguiu nem consegui-lo-ia. Fa-lo-á alguém? Esperamos que sim. Esperemos que alguém, iniciado no movimento de pensar contemporâneo, conhecedor dos métodos novos e dos instrumentos poderosos que a ciência põe à disposição de seus adeptos, eleve o edifício, cujos elementos reuniu o Visconde Porto Seguro.²⁶

Depois de Varnhagen, Capistrano teve outros encontros. Não entre um historiador iniciante e seu ídolo a ser superado, mas entre iguais. Assim, em 1917 é possível afirmar: “como ficam jocosas as páginas de Varnhagen depois do que nós sabemos!” (CA-JL, 20/01/1917, 2:30). O encontro de Capistrano com João Lúcio promoveu, em ambos, uma série de reflexões sobre o próprio fazer, que incluíam comparações com o fazer do outro. Uma comparação interessante e que pode ser explorada é aquela em que aparece a relação entre a prática do ofício de historiador e os movimentos desenvolvidos em reta e em círculo.

5.2 A reta e o círculo

Em 1925, após receber uma carta de Capistrano, que criticava seu trabalho, João Lúcio de Azevedo respondeu:

Não fica mal a ninguém ser emendado pelo Mestre. Estou persuadido que, continuando a leitura, V. fará muitos mais reparos, e certamente fundados. Mas, para ficar obra a seu gosto, seria necessário tornar 25 anos atrás e escrevê-la novamente. Não me resta vida nem teria inclinação para isso. Não me apraz caminhar em circunferência e voltar sempre ao ponto de partida; suporto a espiral, mas prefiro ainda a linha reta. (JL-CA, 17/05/1925, 3:251)

Capistrano estava sempre voltando ao ponto de partida. A obra parecia nunca estar “a seu gosto”. No sentido atribuído por João Lúcio, caminhar em linha reta equivaleria a concluir o trabalho reconhecendo seus defeitos, admitindo a necessidade de reparos, a incompletude de qualquer história e, conformando-se com isso, seguir adiante. Diante de infinitas possibilidades, parece haver duas atitudes a tomar: ir em frente – seguindo a reta – ou retornar periodicamente ao ponto de partida, andando em círculo. João Lúcio optou pela reta. Quanto a Capistrano, o reconhecimento da impossibilidade de completar satisfatoriamente qualquer história não parece ter-lhe estimulado a ir em frente. Assim, ele teria optado pelo círculo. Para ele, sempre faltava um documento, tornando-se necessário retornar periodicamente ao mesmo ponto, a fim de tentar corrigi-lo. Daí a impossibilidade de contentar-se com qualquer conclusão.

Uma possível hipótese sobre o uso da assinatura “João Ninguém” por João Capistrano de Abreu pode ser construída a partir da idéia de que esse historiador sentia-se como um *leitor/pesquisador errante*.²⁷ Suas leituras tendiam ao infinito e sua necessidade de pesquisar, de buscar conhecer documentos, parece ter sido insaciável. Qualquer tentativa de realização através da escrita da história conduziria, necessariamente, ao erro, considerando que “exprimir-se é sempre errar”.²⁸ Esse impasse provocado pelo *Capistrano leitor/pesquisador* teria conduzido o *Capistrano escritor* à imobilidade e à inconclusão, o que era alimentado pela crença – expressa em algumas cartas – na inutilidade da existência e de toda ação. Em carta a Paulo Prado, por exemplo, Capistrano alertou: “(...) não esquecer as palavras de Goethe no *Wilhelm Meister*: obrar é fácil, pensar é difícil, obrar segundo seu pensamento ainda é mais difícil” (CA-PP, 06/10/1922, 2:419).

Para concluir esse trabalho, que está longe de poder e querer ser conclusivo, lembro algumas palavras de Fernando Pessoa (1888-1935) – contemporâneo de Capistrano – para quem:

Tudo quanto fazemos, na arte ou na vida, é a cópia imperfeita do que pensamos em fazer. (...) Como invejo os que escrevem romances, que os começam e os fazem, e os acabam! Sei imaginá-los, capítulo a capítulo, por vezes com as frases do diálogo e as que estão entre o diálogo, mas não saberia dizer no papel esses sonhos de escrever.²⁹

Para Capistrano, construir um livro pretensamente fechado, como o da história de uma nação, tornou-se impossível. Só foi suportável elaborar os capítulos dessa história, ficando apenas o sonho de escrever a “história do Brasil”.

NOTAS

Este artigo é fruto da pesquisa que venho desenvolvendo na Universidade Federal Fluminense, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Angela de Castro Gomes, desde março de 2002. O tema geral do estudo é a construção da memória sobre Capistrano de Abreu e de sua identidade como historiador. Sua correspondência é uma das fontes principais. O trabalho apresentado é o resultado de uma primeira leitura dessa correspondência, assim como das questões suscitadas ao longo do curso *Subjetividade e Sociedade na Cultura Brasileira*, ministrado pelo Prof. Dr. Ricardo Benzaquen de Araújo, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, no 1º semestre de 2003. Trata-se de uma abordagem inicial, sujeita a revisões futuras.

¹ Cf. OCTÁVIO FILHO, Rodrigo. A vida de Capistrano de Abreu. Aula inaugural do Curso Capistrano de Abreu, proferida no IHGB, 02/09/1953. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol.221, p.49, out./dez. 1953; LEÃO, Múcio. Capistrano de Abreu e a cultura nacional. Conferência pronunciada no IHGB, em 30/09/1953. *Revista do IHGB*, vol.221, p.118, out./dez. 1953.

² CHARTIER, Roger (dir.). *La correspondance: les usages de la lettre au XIXe siècle*. S.l.: Fayard, 1991, p.9-10.

³ Ver, por exemplo: GOMES, Angela de Castro. “O ministro e sua correspondência: projeto político e sociabilidade intelectual”. In: _____ (org.). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p.13-47; HEYMANN, Luciana Quillet. “Quem não tem padrinho morre pagão”: fragmentos de um discurso sobre o poder. *Estudos Históricos*, n.24, p.323-349, 1999.

⁴ CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p.16-7.

⁵ DAUPHIN, Cécile e POUBLAN, Daniele. Maneiras de escrever, maneiras de ler: cartas familiares no século XIX. In: BASTOS, Maria Helena Câmara et alii (orgs.). *Destinos das letras: história, educação e escrita epistolar*. Passo Fundo: UPF, 2002, p. 76 e 83.

⁶ Sobre João Lúcio de Azevedo ver, RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. O achamento do Brasil e de Portugal: perfil intelectual do historiador luso-brasileiro João Lúcio de Azevedo. *Acervo – Revista do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, vol. 12, n.1/2, p.37-66, jan./dez. 1999.

⁷ Sobre a correspondência como “escrita de si”, ver FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: _____. *O que é um autor?* Tradução: Antônio Fernando Cascais e Eduardo Cordeiro. 4ª edição. S.l.: Vega/Passagens, 2000, p.129-160; LANDOWSKI, Eric. A carta como ato de presença. In: _____. *Presenças do outro: ensaios de sociossemiótica*. Tradução: Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Perspectiva, 2002, p.165-181.

⁸ POLLAK, Michel. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, n.10, p.200-212, 1992; idem, “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, n.3, p.3-15, 1989.

⁹ Salvo informação contrária, todas as cartas citadas ao longo do artigo foram extraídas de ABREU, Capistrano de. *Correspondência..* Organizador: José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, 2ª edição, volumes 2 e 3. A fim de evitar um grande número de notas, optei por indicar entre parênteses, no corpo do texto, a data da carta, seguida do volume e do número da página. Para evitar equívocos, também utilizei siglas – como CA (Capistrano de Abreu), JL (João Lúcio de Azevedo), AT (Afonso Taunay), MA (Mário de Alencar), GS (Guilherme Studart), LS (Luís Sombra) e PP (Paulo Prado) – para identificar o nome do remetente, sempre colocadas antes do nome do destinatário.

¹⁰ VINCENT-BUFFAULT, Anne. *Da amizade: uma história do exercício da amizade nos séculos XVIII e XIX*. Tradução: Maria Luíza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996, p.36 e 40.

¹¹ TREBITSCH, Michel. Correspondance d’intellectuels: le cas des lettres d’Henri Lefebvre à Norbert Guterman (1935-1947). *Les Cahiers de L’IHTP – Sociabilites Intellectuelles: lieux, milieux, réseaux*, n.20, p. 83-4, mars, 1992.

¹² AZEVEDO apud RODRIGUES, op.cit., p.58.

¹³ RODRIGUES, ibidem, p.59. As conclusões de Rodrigues sobre o olhar economicista de João Lúcio foram extraídas da análise de um de seus livros: *Épocas de Portugal econômico*, de 1929, que foi dedicado a Capistrano de Abreu e Oliveira Lima. Capistrano também percebia que as atividades de João Lúcio como empresário contribuíram de alguma forma para as atividades intelectuais. Afirma: “a vida comercial, com os prazos certos, prepara eficazmente para a carreira literária. V. acha tempo para tudo e para o mais” (CA-JL, 25/01/1921, 2:192).

¹⁴ RODRIGUES, op.cit., p.51-2.

¹⁵ FOUCAULT, op.cit., p.150.

¹⁶ SALLES, Ricardo. A correspondência ativa de Capistrano de Abreu para João Lúcio de Azevedo (1916-1927). In: MATTOS, Ilmar Rohloff de & NEVES, Margarida. *Os descobridores: Mário de Andrade, Capistrano de Abreu e os “descobridores do Brasil”*. Relatório Final de Projeto Integrado de Pesquisa. Rio de Janeiro: PUC / Dep. de história, 1997, p.4.

¹⁷ Sobre conversação, inspiração e atividade intelectual, ver VENANCIO, Giselle Martins. “Sopros inspiradores”: troca de livros, intercâmbios intelectuais e práticas de correspondências no arquivo privado de Oliveira Vianna”. In: BASTOS, CUNHA e MIGNOT, op.cit., p.217-242.

¹⁸ AMED, Fernando José. *História ao portador: interlocução privada e deslocamento no exercício de escrita de cartas de João Capistrano de Abreu (1853-1927)*. São Paulo: USP, 2001.

¹⁹ É interessante observar que há diversas interpretações sobre Capistrano que se ocupam da questão que é saber porque ele não escreveu a tão sonhada história do Brasil. O historiador ficou conhecido como aquele que poderia tê-la escrito e não o fez. Ver, por exemplo, VIANNA, Hélio. Ensaio biobibliográfico. In: ABREU, Capistrano. *O descobrimento do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.VII-LXXXVII. Capistrano também ficou conhecido por sua imensa capacidade de estudo, freqüentemente contraposta à incapacidade de escrever. Cf. MENEZES, Raimundo. *Capistrano de Abreu: um homem que estudou*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1956.

²⁰ Barbosa Lima Sobrinho conta que, certa vez, João Ribeiro perguntou a Capistrano porque ele não lia menos e escrevia mais. O historiador cearense teria respondido que “havia já quem escrevesse de mais, lendo muito menos”. Após a resposta, Ribeiro comentou: “senti o remoque, que não vinha para mim, reconhecendo a necessidade de equilíbrio entre os tagarelas e os silenciosos. Nesse tempo eu escrevia pouco. Contudo, lastimo que ele não quisesse escrever toda a nossa história e só ele poderia fazê-lo com autoridade. Fez, todavia, muito”. Idem ibidem, p.79-80. SOBRINHO, Barbosa Lima. Capistrano de Abreu: historiador. *Revista do IHGB*, vol.221, p.79, out./dez. 1953.

²¹ BLANCHOT apud ALBERTI, Verena. Um drama em gente: trajetórias e projetos de Pessoa e seus heterônimos. In: SCHMIDT, Benito (org.). *O biográfico: perspectivas interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000, p.207.

²² ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Ronda noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. *Estudos Históricos*, n.1, p.28-54, 1988; ARENDT, Hannah. O conceito de história – antigo e moderno. Tradução: Mauro W. Barbosa de Almeida. 5ª edição. 1ª edição 1954. In: _____. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2000, p.69-126; KOSELLECK, Reinhart. Le concept d’histoire. In: _____. *L’expérience de l’histoire..* Paris: Gallimard / Le Seuil, 1997, p.15-99.

²³ Ao defender a objetividade como algo necessário para se alcançar a “verdade dos fatos”, Capistrano não desconsiderava que a fonte *fala* a partir do inquiridor. Em carta a Luís Sombra, afirma que: “quando se faz uma pesquisa, o interrogado mais ou menos imita o cortesão que quando Luís XIV lhe perguntou a hora, respondeu: *il est l’heure qu’il plaira à Votre Majesté*” (CA-LS, 15/11/1916, 3:33). Ou seja, a fonte não fala por si, ela só diz o que o pesquisador quer escutar.

²⁴ Em carta a João Lúcio, afirmou: “Tenho presente a primeira vez em que veio a idéia de escrever a história do Brasil. Estava no Ceará, na freguesia de Maranguape, com poucos livros, arredado de todo comércio intelectual. Acabava de ler Buckle no original, relia mais uma vez Taine, tinha acabado a viagem de Agassiz. Vim depois para o Rio em 1875; cada ano que passa é uma parede que cai.” (CA-JL, 17/03/1917, 2:38).

²⁵ De acordo com Daniel Mesquita Pereira, a identidade de Capistrano de Abreu como um historiador moderno, assim como seu projeto de escrever uma nova história do Brasil, foram construídos a partir do diálogo com Varnhagen – que o historiador cearense considerou, em certo momento, como “o mestre, o guia, o senhor”, situado em um pedestal a ser alcançado e ultrapassado. Segundo Pereira, esse diálogo crítico e tenso entre Capistrano e Varnhagen teria se iniciado com a escrita do necrológio do último pelo primeiro, em 1878. Cf. PEREIRA, Daniel Mesquita. *Descobrimientos de Capistrano: a história do Brasil “a grandes traços e largas malhas”*. Rio de Janeiro: PUC, tese de doutorado em História, 2002, p.23-4.

²⁶ ABREU, Capistrano de. “Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde Porto Seguro” [1878]. In: _____. *Ensaio e estudos*, 1ª série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, p.90.

²⁷ Considera-se que, Capistrano de Abreu, como um *leitor/pesquisador errante*, assemelha-se a um “homem sem qualidades” (MUSIL, 19??) – um “João Ninguém” – para quem nada é permanente, tudo é mutável, provisório, precário, contingente. Essa perspectiva só é possível se for considerado que o valor “indivíduo moderno” convive com seu próprio esfacelamento, expresso através de declarações e exemplos que o negam. Ver ALBERTI, op.cit., p.203.

²⁸ PESSOA apud ALBERTI, ibidem, p.226.

²⁹ PESSOA apud ALBERTI, op.cit., p.225.